

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 01 a 08.

A MENTIROSA LIBERDADE

Lya Luft

Comecei a escrever um novo livro, sobre os mitos e mentiras que nossa cultura expõe em prateleiras enfeitadas, para que a gente enfie esse material na cabeça e, pior, na alma – como se fosse algodão-doce colorido. Com ele chegam os medos que tudo isso nos inspira: medo de não estar bem enquadrados, medo de não ser valorizados pela turma, medo de não ser suficientemente ricos, magros, musculosos, de não participar da melhor balada, do clube mais chique, de não ter feito a viagem certa nem possuir a tecnologia de ponta no celular. Medo de não ser livres.

Na verdade, estamos presos numa rede de falsas liberdades. Nunca se falou tanto em liberdade, e poucas vezes fomos tão pressionados por exigências absurdas, que constituem o que chamo a síndrome do “ter de”. Fala-se em liberdade de escolha, mas somos conduzidos pela propaganda como gado para o matadouro, e as opções são tantas que não conseguimos escolher com calma. Medicados como somos (a pressão, a gordura, a fadiga, a insônia, o sono, a depressão e a euforia, a solidão e o medo tratados a remédio), cedo recorremos a expedientes, porque nossa libido, quimicamente cerceada, falha, e a alegria, de tanta tensão, nos escapa.

Preenchem-se fendas e falhas, manchas se removem, suspendem-se prazeres como sendo risco e extravagância, e nos ligamos no espelho: alguém por aí é mais eficiente, moderno, valorizado e belo que eu? Alguém mora num condomínio melhor que o meu? Em fileira ao longo das paredes, temos de parecer todos iguais nessa dança de enganos. Sobretudo, sempre jovens. Nunca se pôde viver tanto tempo e com tão boa qualidade, mas no atual endeusamento da juventude, como se só jovens merecessem amor, vitórias e sucesso, carregamos mais um ônus pesadíssimo e cruel: temos de enganar o tempo, temos de aparentar 15 anos se temos 30, 40 anos se temos 60, e 50 se temos 80 anos de idade. A deusa juventude traz vantagens, mas eu não a quereria para sempre: talvez nela sejamos mais bonitos, quem sabe mais cheios de planos e possibilidades, mas sabemos discernir as coisas que divisamos,

podemos optar com a mínima segurança, conseguimos olhar, analisar e curtir – ou nos falta o que vem depois: maturidade?

Parece que do começo ao fim passamos a vida sendo cobrados: O que você vai ser? O que vai estudar? Como? Fracassou em mais um vestibular? Já transou? Nunca transou? Treze anos e ainda não ficou? E ainda não bebeu? Nem experimentou uma maconhazinha sequer? E um Viagra para melhorar ainda mais? Ainda aguenta os chatos dos pais? Saiba que eles o controlam sob o pretexto de que o amam. Sai dessa! Já precisa trabalhar? Que chatice! E depois: Quarenta anos ganhando tão pouco e trabalhando tanto? E não tem aquele carro? Nunca esteve naquele resort?

Talvez a gente possa escapar dessas cobranças sendo mais natural, cumprindo deveres reais, curtindo a vida sem se atordoar. Nadar contra toda essa louca correnteza. Ter opiniões próprias, amadurecer, ajuda. Combater a ânsia por coisas que nem queremos, ignorar ofertas no fundo desinteressantes, como roupas ridículas e viagens sem graça, isso ajuda. Descobrir o que queremos e podemos é um bom aprendizado, mas leva algum tempo: não é preciso escalar o Himalaia social nem ser uma linda mulher nem um homem poderoso. É possível estar contente e ter projetos bem depois dos 40 anos, sem um iate, físico perfeito e grande fortuna. Sem cumprir tantas obrigações fúteis e inúteis, como nos ordenam os mitos e mentiras de uma sociedade insegura, desorientada, em crise. Liberdade não vem de correr atrás de “deveres” impostos de fora, mas de construir a nossa existência, para a qual, com todo esse esforço e desgaste, sobra tão pouco tempo. Não temos de correr angustiados atrás de modelos que nada têm a ver conosco, máscaras, ilusões e melancolia para aguentar a vida, sem liberdade para descobrir o que a gente gostaria mesmo de ter feito.

*(Disponível em Artigos & Idéias,
21/03/2009, VEJA – ONLINE)*

01. **“Comecei a escrever um novo livro, sobre os mitos e mentiras que nossa cultura expõe em prateleiras enfeitadas, para que a gente enfie esse material na cabeça e, pior, na alma – como se fosse algodão-doce colorido. Com ele chegam os medos...”**. A palavra sublinhada faz referência a:

- (A) livro;
- (B) mitos e mentiras;
- (C) prateleiras enfeitadas;
- (D) algodão-doce colorido.

02. **“Fala-se em liberdade de escolha, mas somos conduzidos pela propaganda como gado para o matadouro...”**. As palavras destacadas no trecho indicam:

- (A) adição e conclusão;
- (B) contradição e comparação;
- (C) adversidade e conformidade;
- (D) adição e concessão.

03. Denotação é o emprego de palavra(s) no seu sentido próprio, comum, habitual, preciso, aquele que consta nos dicionários. Conotação é o emprego de uma palavra tomada em um sentido figurado, que depende do contexto. Há linguagem conotativa (figurada) em todos os fragmentos a seguir, EXCETO:

- (A) “Comecei a escrever um novo livro, sobre os mitos e mentiras que nossa cultura expõe em prateleiras enfeitadas, para que a gente enfie esse material na cabeça e, pior, na alma – como se fosse algodão-doce colorido”.
- (B) “Na verdade, estamos presos numa rede de falsas liberdades. Nunca se falou tanto em liberdade, e poucas vezes fomos tão pressionados por exigências absurdas, que constituem...”.
- (C) “Talvez a gente possa escapar dessas cobranças sendo mais natural, cumprindo deveres reais, curtindo a vida sem se atordoar. Nadar contra toda essa louca correnteza”.
- (D) “Liberdade não vem de correr atrás de ‘deveres’ impostos de fora, mas de construir a nossa existência, para a qual, com todo esse esforço e desgaste, sobra tão pouco tempo”.

04. Considere o trecho: **“Talvez a gente possa escapar dessas cobranças sendo mais natural, cumprindo deveres reais, curtindo a vida sem se atordoar. Nadar contra toda essa louca correnteza. Ter opiniões próprias, amadurecer, ajuda”**. Assinale a opção INCORRETA.

(A) A utilização da expressão pronominal “a gente” faz com que a autora se torne próxima do leitor pelo tom mais informal da linguagem.

(B) Quando afirma que “ter opiniões próprias, amadurecer, ajuda”, pode-se inferir que a autora faz uma crítica aos mais jovens, supostamente volúveis e imaturos, que se deixam levar pelas cobranças externas.

(C) Sem que haja mudança de sentido, a palavra “atordoar” pode ser substituída por “desaturdir”.

(D) A palavra “talvez” indica dúvida.

05. Nos trechos **“... queremos e podemos é um bom aprendizado, mas leva algum tempo: não é preciso escalar o Himalaia social nem ser uma linda mulher nem...”** e **“Já transou? Nunca transou? Treze anos e ainda não ficou? E ainda não bebeu? Nem experimentou uma maconhazinha sequer? E um Viagra para melhorar ainda mais? Ainda aguenta os chatos dos pais?”** encerram-se, respectivamente:

- (A) metáfora e ironia;
- (B) metonímia e ironia;
- (C) metáfora e pleonasma;
- (D) catacrese e eufemismo.

06. Marque a alternativa onde a palavra acentua-se graficamente pela mesma regra aplicada na palavra destacada no trecho **“... carregamos um ônus ...”**.

- (A) ônibus
- (B) ódio
- (C) câncer
- (D) útero

07. **“... angustiados atrás de modelos que nada têm a ver conosco, máscaras, ilusões e melancolia para aguentar a vida, sem liberdade para descobrir o que a gente gostaria...”**. Os termos “a vida” e “o”, destacados no trecho anterior, são, respectivamente:

- (A) objeto indireto e artigo;
- (B) sujeito e pronome oblíquo;
- (C) objeto direto e pronome demonstrativo;
- (D) complemento nominal e artigo definido.

08. “*Nunca se pôde viver tanto tempo e com tão boa qualidade, mas no atual endeusamento da juventude, como se só jovens merecessem amor, vitórias e sucesso, carregamos mais um ônus pesadíssimo e cruel: temos de enganar o tempo, temos de aparentar 15 anos se temos 30, 40 anos se temos 60, e 50 se temos 80 anos de idade*”. No trecho empregou-se o sinal de dois pontos para indicar um (a):

- (A) enumeração;
- (B) esclarecimento;
- (C) citação;
- (D) pausa.

09. Assinale a alternativa onde a grafia da palavra sublinhada está **INCORRETA**.

- (A) Desejo saber por que você voltou tão tarde para a casa de seus pais.
- (B) Estamos há cerca de dois quilômetros do trabalho.
- (C) Todos os alunos presentes me olharam de baixo a cima.
- (D) Em vez de viajar, optou por descansar.

10. A concordância está **INCORRETA** em.

- (A) A maioria das pessoas presentes ouviu a proposta.
- (B) 45% do orçamento do País deve destinar-se à saúde.
- (C) Haviam muitas garotas no show.
- (D) Descaso e desprezo marca seu jeito.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

11. Segundo a Lei Orgânica do Município de Miguel Pereira, são requisitos para a criação de distrito, **EXCETO**:

- (A) população não inferior à quinta parte exigida para a criação de Município;
- (B) eleitorado não inferior à quinta parte exigida para a criação de Município;
- (C) arrecadação não inferior à quinta parte exigida para a criação de Município;
- (D) existência, na povoação-sede, de pelo menos, setenta moradias, escola pública e posto de saúde.

12. Sobre a Organização Municipal de Miguel Pereira, especificamente da Sessão que trata da Competência do Município, considere as afirmativas a seguir.

I. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, fiscalizar, nos locais de venda, os pesos, as medidas e as condições sanitárias dos gêneros alimentícios.

II. Promover os serviços de construção e conservação de estradas e caminhos municipais é competência comum do Município, do Estado e da União.

III. É da competência administrativa privativa do Município fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

IV. Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito é competência administrativa comum do Município, da União e do Estado.

V. O Município tem competência para suplementar a legislação federal e a estadual, em qualquer hipótese.

O número de afirmativas **CORRETAS** é:

- (A) uma
- (B) duas
- (C) três
- (D) quatro

13. Segundo sua Lei Orgânica, ao Município de Miguel Pereira é vedado, **EXCETO**:

- (A) exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
- (B) instituir imposto sobre livros;
- (C) cobrar pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público;
- (D) outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado.

14. À luz da Lei Orgânica do Município de Miguel Pereira, Do Poder Legislativo, assinale a opção **CORRETA**.

- (A) Compete privativamente à Câmara Municipal autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município, por mais de 15 dias, por necessidade de serviço.
- (B) A convocação extraordinária da Câmara Municipal pode ser feita apenas pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da Casa.

- (C) As reuniões serão sempre públicas.
(D) As sessões somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

15. Segundo rege a Lei Orgânica do Município de Miguel Pereira, perderá o mandato o Vereador:

- I. que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo apenas em doença comprovada;**
II. que tiver domicílio fora do Município de Miguel Pereira;
III. que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
IV. que, desde a posse, ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo;
V. que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa.

O número de afirmativas CORRETAS é:

- (A) uma
(B) duas
(C) três
(D) quatro

16. Relativamente à Lei Orgânica do Município de Miguel Pereira, assinale a opção CORRETA.

- (A) A Educação, entendida como aquisição de conhecimento, formação de hábitos e atitudes que visem ao preparo para o exercício da cidadania, ao respeito à pessoa humana e aos bens públicos, à preservação da cultura, é dever do Município e da família.
(B) O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até 3º grau, por adoção, não poderão contratar com o Município.
(C) A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de 20 dias, certidão dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição.

- (D) São de competência do Município os impostos sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, inclusive óleo diesel.

17. À luz do Regimento Interno da Câmara Municipal de Miguel Pereira, assinale a opção CORRETA.

- (A) A função de fiscalização da Câmara, mediante controle externo, é exercida com o auxílio do Tribunal de Contas da União ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência.
(B) É competência privativa do Presidente da Câmara conceder férias e licenças a seus funcionários.
(C) Representar a Câmara em juízo ou fora dele é competência privativa da Mesa Diretora da Câmara.
(D) Compete ao 1º Secretário comunicar aos vereadores, com antecedência, a convocação de sessões extraordinárias, sob pena de responsabilidade.

18. Considere as afirmativas a seguir sobre as Comissões da Câmara Municipal de Miguel Pereira.

I. Poderão participar dos trabalhos das Comissões como membros credenciados e com direito a voto, técnicos de reconhecida competência ou representantes de entidades idôneas, que tenham legítimo interesse no esclarecimento de assunto submetido à apreciação das mesmas.

II. As Comissões Permanentes têm por objetivo estudar os assuntos submetidos ao seu exame, manifestar sobre eles a sua opinião e preparar, apenas por iniciativa própria, os projetos de Resolução atinentes à sua especialidade.

III. Compete à Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro e emitir parecer sobre todos os processos atinentes à realização de obras e execução de serviços pelo Município.

IV. As Comissões Permanentes somente deliberarão com a presença de pelo menos 1/3 de seus membros.

V. As Comissões Especiais são de caráter temporário.

O número de afirmativas CORRETAS é:

- (A) nenhuma
- (B) uma
- (C) duas
- (D) três

19. Considere as afirmativas seguintes relacionadas ao Regimento Interno do Município de Miguel Pereira.

I. São obrigações e deveres do Vereador fazer declaração pública de bens, apenas no ato da posse, de acordo com a Lei Orgânica Municipal.

II. O Vereador não poderá licenciar-se para tratar de interesse particular.

III. O aparte deve ser expresso em termos corteses e não pode exceder o tempo de 02 (dois) minutos.

IV. O Orçamento Plurianual de Investimentos, que abrangerá, no mínimo, período de 03 (três) anos consecutivos, terá suas dotações anuais incluídas no Orçamento de cada exercício.

V. Ressalvada a hipótese de estar a proposição em Regime de urgência ou quando assinadas pela maioria absoluta dos membros da Câmara, não serão recebidos pela Mesa, substitutivo, emendas ou subemendas, quando a mesma estiver sendo discutida em Plenário, os quais deverão ser apresentados até 48 (quarenta e oito) horas, antes do início da sessão.

O número de afirmativas CORRETAS é:

- (A) nenhuma
- (B) uma
- (C) duas
- (D) três

20. Nos termos da Lei Complementar Nº 038 de 28 de Janeiro de 1988, que dispõe sobre a Reforma do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Miguel Pereira e dá outras providências, assinale a opção CORRETA.

(A) A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.

(B) O concurso será de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem a Lei e o regulamento do respectivo plano de cargos e carreiras.

(C) O concurso público terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado, uma única vez, por até igual período.

(D) À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor compete dar-lhe exercício, no máximo de 7 (sete) dias a contar da data do ato da posse ou término do afastamento legal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Ao analisar os princípios consagrados na Constituição Federal de 1988, Celso Ribeiro Bastos sintetiza: “Em resumo, são os princípios constitucionais aqueles valores albergados pelo Texto Maior a fim de dar sistematização ao documento constitucional, de servir como critério de interpretação e finalmente, o que é mais importante, espriar os seus valores, pulverizá-los sobre todo o mundo jurídico. Os princípios constitucionais são aqueles que guardam os valores fundamentais da ordem jurídica. Isso só é possível na medida em que estes não objetivam regular situações específicas, mas sim desejam lançar a sua força sobre todo o mundo jurídico. Alcançam os princípios essa meta à proporção que perdem o seu caráter de precisão de conteúdo, isto é, conforme vão perdendo densidade semântica, eles ascendem a uma posição que lhes permite sobressair, pairando sobre uma área muito ampla do que uma norma estabelecadora de preceitos. Portanto, o que o princípio perde em carga normativa ganha como força valorativa a espriar-se por cima de um sem-número de outras normas.”

Acerca desses princípios, assinale a opção CORRETA.

(A) O princípio da separação dos poderes, que goza da garantia reforçada de integrar as cláusulas pétreas, impõe uma tripartição das funções estatais para cada um dos entes federativos.

(B) O princípio federativo, que caracteriza a forma de estado e constitui limitação material ao poder de reforma, tem como características a soberania do Estado Federal, a autonomia político-administrativa dos entes federativos, a indissolubilidade do vínculo federativo e a repartição constitucional de competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

(C) A divisão rígida de funções entre os poderes do Estado está superada, pois, no Estado contemporâneo, cada um destes órgãos é obrigado a realizar atividades que originariamente seriam de outro poder, sendo suplantada a tradicional distinção entre funções típicas e atípicas.

(D) A dignidade da pessoa humana é um princípio fundamental da República Federativa do Brasil com significativo vetor interpretativo, verdadeiro valor-fonte que conforma e inspira todo o ordenamento constitucional vigente em nosso País, entretanto, devido ao seu alto grau de abstração, carece de densidade normativa suficiente para possibilitar sua aplicação em juízo.

22. Regina Nery Ferrari nos ensina que: “Um preceito normativo para ter validade dentro do sistema, precisa ser produzido em concordância com a norma superior, que representa seu fundamento de validade, de modo que a norma inferior não pode contrariar a superior, sob pena de não ter validade face a tal ordem normativa. Nesse sentido, a organização municipal deve observar os princípios definidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado”. Tendo como referência o texto anterior, o que dispõe a Constituição Federal de 1988, bem como a doutrina e a jurisprudência majoritárias, assinale a única opção CORRETA acerca das competências municipais.

(A) É constitucional a lei municipal que fixe o horário de funcionamento de

estabelecimentos comerciais, incluído o horário bancário para atendimento ao público.

(B) A lei municipal, desde que devidamente elaborada, pode definir os crimes de responsabilidade do Prefeito Municipal.

(C) Ofende o princípio da livre concorrência a lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área. Tal vedação, entretanto, não impede que, por questões de segurança, a lei municipal defina distância mínima entre postos de revenda de combustíveis.

(D) Lei municipal que institua imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) deve ser de iniciativa do Prefeito, por simetria ao processo legislativo federal, que determina serem de iniciativa do Presidente da República as leis que disponham sobre matéria tributária.

23. O professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho observa que “A Constituição Federal prevê o Município como entidade federativa (art. 1º), confere-lhe competência (art. 30) e lhe discrimina rendas (art. 156). Encerra-se, com isso, a polêmica doutrinária sobre a natureza do Município, que alguns entendiam não ser entidade federativa por ter sido omitido no texto do art. 1º da EC nº 1/69”. Acerca dos Poderes Legislativo e Executivo dos Municípios, assinale a opção INCORRETA.

(A) O subsídio dos Vereadores será fixado por lei municipal em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe a Constituição Federal e observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica.

(B) Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 11 Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 habitantes e de até 30.000 habitantes.

(C) Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal não enviar o repasse à Câmara Municipal até o dia vinte de cada mês, bem como enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

(D) Projeto de lei municipal de iniciativa parlamentar que institua nova Secretaria Municipal deve ser vetado pelo Prefeito, por inconstitucionalidade, em razão do vício de iniciativa, que nem mesmo a sanção executiva pode sanar.

24. Acerca dos direitos e garantias fundamentais à luz da interpretação do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção CORRETA.

(A) Considere que uma lei municipal conferiu certa gratificação a servidores lotados e em exercício na Secretaria Municipal de Saúde, mas não previu tal direito a servidores de outra Secretaria que exercem função análoga. Nessa situação, com base no princípio da isonomia, estes servidores poderão conseguir em juízo a extensão da referida gratificação.

(B) Não obstante serem invioláveis a intimidade e a vida privada, no curso de um processo administrativo instaurado ou de um procedimento fiscal em curso, dados bancários de um indivíduo podem ser requisitados diretamente pela autoridade fiscal às instituições bancárias, independentemente de ordem judicial, não havendo que se falar em quebra de sigilo bancário, mas sim em transferência de sigilo da órbita bancária para a fiscal, ambas protegidas contra terceiros.

(C) Interceptação telefônica colhida após o término da vigência da ordem judicial que a autorizou não é ilícita se a companhia telefônica efetuou a gravação antes de ter ciência oficial da interrupção.

(D) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que não forem aprovados pelo procedimento de emenda constitucional serão equivalentes às leis ordinárias.

25. Sobre os Poderes Legislativo e Executivo dos Municípios, assinale a opção CORRETA.

(A) Os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas palavras, opiniões e votos, não podendo ser presos, salvo em flagrante delito de crime inafiançável.

(B) Afronta a Constituição Federal o dispositivo de Lei Orgânica Municipal que preveja novas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito em caso de dupla vacância

ocorrida no terceiro ano do mandato, bem como o que estabelece a sucessão definitiva pelo Presidente da Câmara se a vacância ocorrer no último ano do mandato.

(C) A competência para processar e julgar o Prefeito Municipal nos crimes comuns é do Tribunal de Justiça, ainda que se trate de crime de competência da Justiça Federal ou do Tribunal do Júri.

(D) Os parlamentares municipais, no exercício da vereança, estão sujeitos às proibições e incompatibilidades similares, no que couber, ao disposto na Constituição Federal para os Deputados Federais e Senadores, e na Constituição do respectivo Estado para os Deputados Estaduais.

26. No que se refere à atuação dos sujeitos processuais e ao procedimento ordinário previsto no CPC, assinale a opção CORRETA.

(A) Somente mediante expresse requerimento das partes é permitido ao juiz realizar o julgamento antecipado da lide, sob pena de violação ao princípio constitucional do devido processo legal.

(B) O réu revel, ainda que compareça extemporaneamente ao processo, não receberá intimações e ficará impedido de praticar atos processuais, inclusive, interpor recurso.

(C) De acordo com o CPC, a petição inicial será considerada inepta se a parte for manifestamente ilegítima ou se faltar ao autor o interesse em agir.

(D) O Ministério Público, atuando como parte ou como fiscal da lei, deve ser intimado de todos os atos do processo, além de poder produzir provas e ter legitimidade para interpor recurso.

27. Sobre a prescrição e a decadência, nos termos estabelecidos pelo Código Civil, é INCORRETO afirmar que:

- (A) o protesto cambial interrompe a prescrição, interrupção esta que somente poderá ocorrer uma vez;
- (B) não corre prescrição contra os ausentes do País em serviço público da União;
- (C) as pessoas jurídicas têm ação contra os seus representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente;
- (D) a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários sempre aproveita os outros.

28. Considerando os conceitos e definições do Direito Tributário, podemos afirmar que tributo é o (a):

- (A) despesa derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos das leis estaduais e municipais em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades específicas exercidas por essas entidades.
- (B) receita direta instituída de direito público ou de direito privado, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis municipais em matéria econômica, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais exercidas por essas entidades.
- (C) imposto definido por instituições de direito público ou privado, compreendendo as contribuições nos termos da legislação vigente em matéria financeira, destinando-se o seu produto às despesas gerais ou específicas produzidas por essas entidades.
- (D) receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

29. Hely Lopes Meirelles conceitua agentes públicos como “todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal”. Sabe-se que a expressão agentes públicos refere-se ao gênero, que divide-se em espécies.

Tendo como referência o texto anterior, assinale a opção CORRETA acerca das espécies de agentes públicos.

- (A) Agentes políticos: são os componentes do Governo nos seus primeiros escalões, investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação para o exercício de atribuições constitucionais e recebem sob a forma de subsídio.
- (B) Agentes administrativos: são todos aqueles que se vinculam ao Estado ou às suas entidades autárquicas e fundacionais por relações profissionais, sujeitos à hierarquia funcional, mas não vinculam-se ao regime jurídico único da entidade estatal a que servem.
- (C) Agentes delegados: são particulares que recebem a incumbência da execução de determinada atividade, obra ou serviço público, segundo as normas do Estado e sob a permanente fiscalização do delegante. Esses agentes são servidores públicos, portanto, não constituem uma categoria à parte de colaboradores do Poder Público.
- (D) Agentes credenciados: são os que recebem a incumbência da Administração para representá-la em determinado ato ou praticar certa atividade específica, mediante remuneração do Poder Público credenciante, mas agem por sua conta e risco.

30. Em relação às licitações e aos contratos administrativos, analise as afirmativas abaixo.

I. O contrato administrativo é sempre consensual e, em regra, formal, oneroso, comutativo e realizado intuitu personae.

II. A licitação é o antecedente necessário do contrato administrativo e o contrato é o conseqüente lógico da licitação.

III. Adjudicação compulsória é o princípio que impede que a administração, concluído o procedimento licitatório, atribua seu objeto a outrem que não o legítimo vencedor.

IV. A licitação de obras, serviços, compras e alienações é uma exigência constitucional para toda a Administração Pública, direta, indireta e fundacional, ressalvados os casos especificados na legislação, entretanto, recentemente com a edição do estatuto jurídico, as empresas públicas e sociedades de economia mista passaram a ter uma regulamentação própria sobre as regras de licitações e contratos administrativos.

Assinale o total de itens CORRETOS:

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4